

Daniela Pereira Marques

ESCOLHA MÚLTIPLA

Trabalho de Projeto
Mestrado em Realização – Cinema e Televisão

JULHO, 2019

Daniela Pereira Marques

ESCOLHA MÚLTIPLA

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em (designação da área científica do mestrado) realizado sob a orientação científica de Nelson Araújo.

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta(e) Dissertação / Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Porto, de de

Declaro que esta Dissertação / Relatório / Tese se encontra em condições de ser apreciada (o) pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

Porto, de de

RESUMO

Tratando-se de um mestrado direcionado para a realização cinematográfica e televisiva, é a partir desta perspectiva que se dá a conhecer todo o desenvolvimento de um trabalho que tem por finalidade, a construção de uma curta-metragem de ficção.

Ao longo do relatório de trabalho, exponho e descrevo o conteúdo de um argumento cinematográfico, assim como, grande parte do processo criativo desde a pré-produção, passando pelo período de gravações, até à pós-produção.

Na memória do projeto, também apresento as principais intenções do filme, de modo a esclarecer o seu resultado final. Refiro-me, nomeadamente, ao conceito do livre-arbítrio. Neste ponto, procuro – a partir de uma investigação de carácter filosófico ou de pensamentos teorizados já existentes –, atribuir maior coerência e consistência ao tema em questão.

Assim, como existem, atualmente, três teorias elementares, construídas por diferentes Filósofos que tentam definir o conceito do livre arbítrio – a teoria dos deterministas, liberalistas e compatibilistas –, apresento a visão de alguns desses autores, tais como: Espinoza, Nietzsche, Schopenhauer e Nagel, de modo a explicar e debater o tema supracitado.

PALAVRAS-CHAVE: Livre Arbítrio, Decisões, Vontade, Toxicodependência.

OBJECTIVO DO TRABALHO DE PROJETO

As temáticas que se encontram em torno deste filme, nomeadamente, as questões relacionadas com a toxicodependência, a própria legislação e, consequente funcionamento da justiça e estabelecimentos prisionais, não estão aqui como os principais fatores a serem problematizados. De tal modo que, não se pretende dar a conhecer ao espetador, pormenorizadamente, estas informações, nem sensibiliza-lo acerca de todos os componentes acima referidos.

Numa perspetiva pessoal e, no que diz respeito a uma curta-metragem, por norma, é-lhe atribuída um período temporal bastante reduzido para se poder aprofundar diversos temas, quando a individualidade de cada um, constitui uma vasta complexidade. Contudo, não significa que possa deixar de existir um olhar crítico.

Assim, o que se pretende na memória do projeto é levantar questões que contornam o tema do livre-arbítrio, sendo este um conceito que por si só, é bastante intrincado e extremamente vasto.

Mas, então, por que razão apresento este conceito como primordial na nota de intenções da curta-metragem?

Se estivermos atentos, o tema do livre-arbítrio acompanha a vida de qualquer indivíduo, independentemente da sua etnia, cultura, nacionalidade e até mesmo, a posição que ocupa na sociedade. O livre-arbítrio é constantemente questionado e posto em causa de diferentes maneiras, atendendo a vários fatores e consoante a situação. Mas, por outro lado aparenta ser um tema que nos acompanha, permanentemente e de forma subliminar.

Assim, ao assistirmos à curta-metragem *Escolha Múltipla*, deparámo-nos com mais uma estória (como outra qualquer), em que podemos analisar as decisões que as personagens tomam, o que as poderia conduzir a essa decisão e quais as suas possíveis repercussões. Para isso, pretendo então, recorrer à Filosofia teorizada por diferentes autores e permitir que cada leitor, conheça (ou relembre) alguns dos fundamentos que envolvem esta temática e, assim, obter as suas próprias conclusões em relação aos diferentes estilos de vida do ser humano, atendendo, neste caso em particular, ao conceito do livre-arbítrio.

Como se trata de um relatório, pretende-se também explicar grande parte do processo criativo do filme e o porquê do seu resultado, evidenciando assim, todos os benefícios e falhas técnicas desde a pré-produção até à pós-produção.

ÍNDICE

Memória do Trabalho de Projeto.....	7
Do argumento cinematográfico à pré-produção	21
Gravações	22
Gravações – dia 25 de abril	24
Gravações – dia 26 de abril	27
Gravações – dia 27 de abril	33
Gravações – dia 28 de abril	34
Pós-produção.....	38
Conclusão.....	41
Referências Bibliográficas	42

MEMÓRIA DO TRABALHO DE PROJETO

O livre-arbítrio, questão sobre a qual aqui nos vamos debruçar, despertou sempre a curiosidade de ilustres pensadores desde filósofos, físicos, biólogos, neurocientistas, entre outros. Desde os tempos da antiga Grécia até aos nossos dias, nunca deixou de ser tema de diversos e controversos pontos de vista. Focando-nos sobretudo sobre os filósofos, vamos abordar de um modo simples os mais diversos conceitos elaborados a propósito do livre-arbítrio. De Aristóteles e Platão, passando por Santo Agostinho, Rousseau, Descartes, Spinoza, Arthur Schopenhauer, Friedrich Nietzsche, Michel Foucault e ainda George Orwell e mais recentemente Paul Sartre, Zygmunt Bauman, Thomas Nagel e ainda Stephen Hawking e Elliott Sober (sendo estes dois últimos físicos ilustres) entre muitos outros.

Para Aristóteles seria livre o ato que não é coagido. A nossa liberdade seria o poder, de decidir agir ou omitir uma ação, fazendo uma escolha entre diferentes alternativas. No entanto, a nossa escolha só seria entendida como livre se não fosse coagida. Já para Sócrates, é livre o homem que se domina a si próprio, que domina os seus sentimentos e pensamentos, só através deste domínio sobre si mesmo o homem seria verdadeiramente livre. Ambos evocam a liberdade do homem mas vêm-na de diferentes ângulos.

Posteriormente, já na idade média, nomeadamente com o cristianismo passou a olhar-se para esta questão colocando o foco na superação das tentações, na elevação do espírito, acreditava-se pois, que só o asceta seria livre por não está sujeito a qualquer tipo de tentações.

Santo Agostinho vem no entanto ensinar que todo o homem é livre pois Deus dotou-o de livre-arbítrio. O homem deve fazer uma escolha entre o bem e o mal, conceitos que o homem tem dentro de si. A escolha guiada pela fé leva o homem a encontrar o bem, a encontrar a liberdade, logo a encontrar Deus; a má escolha, aquela que não é feita segundo a fé, priva o homem de Deus, priva o homem de liberdade. Mas Deus nada tem a ver com o mal, de Deus só provem o bem, o mal provem do homem, da sua escolha e à qual Deus é alheio.

Chegados à idade moderna a visão teológica é substituída por uma visão racional, sendo a liberdade vista como um direito de cada indivíduo.

Jean Jaques Rousseau dizia que o homem nascia livre, mas acrescentava que essa liberdade não existiria sem igualdade. A liberdade é vista como um direito e um dever. Se ao povo competia obedecer às leis, também ao povo devia competir fazer essas mesmas leis, o povo devia fazer parte do processo da sua criação. Preconiza

a elaborado um pacto social e esse pacto deveria ser fruto da vontade geral. Seria pois um ato de liberdade criar e cumprir as leis.

René Descartes afirmava que a nossa liberdade passava pela liberdade de fazer ou não fazer certa coisa, mas livre de qualquer coação. Para ele é mais livre quem melhor decidir, quem melhor souber avaliar concretamente as alternativas que lhe são colocadas, quem melhor souber pesar os pros e os contras. Quem fazer as escolhas mais inteligentes é quem é afinal mais livre.

Spinoza foi um dos grandes racionalistas do século XVII. Diz-nos que as decisões da mente são apenas desejos que variam de acordo com várias disposições. Afirmar que na mente não há vontade livre e absoluta, pois ela é determinada a querer isto ou aquilo por uma causa que é determinada por outra causa e esta por outra e assim sucessivamente. O comportamento do homem é totalmente determinado. Afirmar ainda que os homens se consideram livres porque têm consciência das suas vontades e desejos, no entanto ignoram as causas pelas quais são conduzidos a querer e a desejar. Abre, apesar de tudo, a porta ao livre-arbítrio ao dizer que a liberdade é a capacidade de saber que somos determinados e compreender a razão pela qual agimos como agimos, assim a liberdade não é poder dizer não ao que nos surge, mas poder dizer sim e compreender completamente porque é que as coisas devem acontecer de determinada maneira. A liberdade está ligada ao conhecimento das causas que nos determinam (consciente e inconscientemente), quanto mais conhecimento temos dessas causas mais livres somos.

Arthur Schopenhauer, na sua obra "Contestação ao livre-arbítrio", afirma que o homem acredita *a priori* que é perfeitamente livre e pensa que a cada momento pode começar outra maneira de viver, mas *a posteriori*, através da experiência, descobre para sua surpresa que não é livre mas sujeito a necessidades e que apesar de todas as suas decisões não muda a sua conduta. Do início ao fim da sua vida, ele é o mesmo, com o mesmo modo de ser, com o mesmo carácter. Para compreendermos melhor a questão do livre-arbítrio em Schopenhauer temos desde logo que saber o que ele entende por "liberdade". Ora a liberdade seria a ausência de qualquer "necessidade", e esta por sua vez seria tudo aquilo que resulta da razão suficiente dada. Assim, liberdade seria tudo o que é independente da razão, liberdade seria uma vontade livre e espontânea que não fosse determinada por qualquer outro fator. O problema para admitir o livre-arbítrio é pois o de que as ações humanas são condicionadas, causadas por alguma razão, por motivos internos e também por motivos externos, elas são condicionadas pela "vontade", que é a essência que compõe a natureza, que é a "coisa em si" e há sempre interferência da vontade em qualquer ação humana. Assim não é possível haver uma liberdade plena pois a escolha nunca é *a priori*, não é pura, ela é movida pela

vontade, por causas determinadas que interferem na nossa consciência, logo aquilo que o homem pensa querer não corresponde a um querer puro. Todas as ações são determinadas e na relação razão/vontade vence a vontade. Mas o querer é livre? Posso escolher? Schopenhauer diz que o homem pode fazer o que quer, mas que não pode querer o que não quer. Nunca pode haver uma liberdade plena porque a escolha humana nunca é *a priori*, como já se referiu, nunca é pura, é movida pela vontade e assim as ações humanas estão sempre sujeitas a necessidades. O homem para ser livre tem que estar ausente de qualquer necessidade, como isso não é possível, aquilo que ele, homem, pensa querer não corresponde a um querer puro. A exceção seria aquela em que o homem se liberta de tal maneira das necessidades, se eleva acima de tudo o que o rodeia, aquela em que o homem se transforma num verdadeiro asceta. O filósofo criou esta ideia a partir dos modelos budista e hinduísta que estudou e se inspirou e que deu a conhecer na Europa. O homem só seria verdadeiramente livre se despido de todas e quaisquer necessidades.

Friedrich Nietzsche nega o livre-arbítrio. Diz que se é certo que quando o homem age tem a ilusão de ter livre-arbítrio, o facto é que se o mundo parasse por algum tempo e uma inteligência calculadora e onisciente pudesse analisá-lo, ela poderia calcular o futuro de cada indivíduo até ao fim dos tempos. Pretende ser o grande denunciador de todos os preconceitos e ilusões do homem, pretende que ele ouse olhar sem temor aquilo que se esconde por detrás dos valores universalmente aceites na época. Critica Hegel e Kant bem como as religiões cristãs e budistas, critica de igual modo a política e a moral tradicionais, pois não são mais que máscaras que escondem uma realidade ameaçadora e que leva à revolta dos mais fracos e dos mais pobres contra as classes mais altas. A vida só se conserva pela luta entre vencedores e vencidos, a vida é pois "vontade", vontade essa que nunca é interrompida e por isso cria constantemente novas máscaras. As máscaras tornam a vida mais suportável ao mesmo tempo que a deformam e ameaçam destruir, para salvá-la é preciso arrancar essas máscaras. Proclama o homem livre de qualquer moral, proclama o homem que despreze a verdade estabelecida, proclama o homem que seja senhor de si mesmo. A liberdade estaria na escolha consciente da moral superior (instinto, vontade, criação) em detrimento da moral racional (somatório de valores criados pelo homem). Preconiza a morte de Deus a abolição de qualquer tutela e anuncia uma nova era centrada na exaltação de uma "vontade de poder", apanágio do homem livre que não conhece outros ditames além dos que ele próprio fixa. Este novo homem, dominado pelo egoísmo tem por obrigação dirigir a massa anónima e ignorante para um estádio superior onde os valores vitais, a alegria, a espontaneidade permitam a reafirmação do instinto

criador da humanidade. Abala os pilares do racionalismo, exaltando em detrimento da razão a vontade. A vontade é para Nietzsche o núcleo da essência humana e verdadeiro motor do devir. O homem é filho do "húmus", participante e submetido às leis da natureza, componente do mundo. O homem não pode ser limitado pela moral a que está submetido, tem que a superar, mas para isso não pode ser limitado pela dita vitalidade descendente (esfera do bem e do mal), deve ir para além disso, para uma vitalidade ascendente identificada como vontade de viver. O homem encontra-se preso ao ressentimento moral cristão e à suposta objetividade das ciências, o homem está sob o domínio da "moral do escravo" onde se prezam, segundo ele, os valores ditos inferiores (bondade, piedade, humildade, amor ao próximo...) que são falsos e ao contrário do que se possa pensar controlam o homem em vez de o libertar. A liberdade pressupõe o abandono da condição de escravo, é preciso ser senhor. Para concretizar esta libertação é pois necessário adotar outro tipo de valores (pensamento criador no lugar objetividade, o orgulho no lugar da humildade, correr riscos e não se ficar pela satisfação, amar o distante...) e com eles o homem pode transformar-se em super-homem, capaz de se orgulhar de si. O homem é que dá sentido à vida, Deus está morto, afirma a abolição de qualquer tutela sobre o homem, afirma assim a morte da metafísica.

A fim de evitar repisar teorias e reformulações das mesmas, optámos por ficar por aquelas, que nos pareceram mais significativas e que vingaram até hoje. Damos assim justificadamente, a nosso ver, um salto para o pensamento de alguns filósofos do século passado.

Michel Foucault diz-nos que a liberdade não existe verdadeiramente pois ela é constantemente limitada pelo poder, pelo domínio que é exercido diariamente de formas diversas pelo Estado, pela sociedade (sistema de justiça, escolas, família, religião...), que indicam a cada indivíduo como se comportar. O poder delimita a liberdade.

George Orwell vai mais longe que Foucault afirmando um controlo por banda do Estado de todos os indivíduos nomeadamente por câmaras. A nova era do mundo digital também levanta muitas questões pertinentes acerca da liberdade do homem e do controlo que sobre o mesmo é exercido, quer tenha consciência, quer não tenha consciência disso (utilização de bancos de dados, publicidade, análise de informação). O homem não pode assim exercer como pretendia as suas escolhas sendo empurrado, sem saber, para determinada opção. Para além do controlo sobre as decisões, Orwell coloca a questão da qualidade de vida estar dependente da segurança. Aqui surge desde logo o problema da relação de oposição entre liberdade e segurança ficando a primeira a perder quase sempre, se não mesmo sempre, para a segunda. Como no seu ponto de vista, não é possível conciliar

liberdade e segurança, deparamo-nos então necessariamente com o domínio de uma das duas. Assim, optando pela ordem, ditamos a escassez da liberdade, porém ao optarmos pela liberdade acabamos sempre por sacrificar a segurança e em regra a necessidade de segurança vence a batalha. O seu pensamento também se dirige para a confusão que no mundo digita se faz entre o público e o privado, com consequências sobre o corte da liberdade individual. De tudo isto resulta inevitavelmente uma falta de liberdade do homem.

Paul Sartre, existencialista, afirma que estamos condenados a ser livres, pois vê a liberdade como única possibilidade da existência. Segundo ele somos livres para existir e construir o nosso mundo interior a partir das nossas escolhas. O homem está condenado a ser livre, e está condenado porque apesar de não se ter criado a si mesmo é livre e responsável pelo que faz. A liberdade é para o homem fonte de grandes angústias e acarreta uma enorme responsabilidade perante as escolhas, perante as decisões: como saber quais as escolhas certas?

Não queremos deixar de fazer também uma breve referência a alguns filósofos do nosso século, filósofos da chamada era pós-moderna e de aflorar algum do pensamento de Stephen Hawking sobre o livre-arbítrio.

François Lyotard afirma que todas as grandes narrativas (visões do mundo) entraram em crise e os indivíduos estão livres para criar de novo.

Zygmunt Bauman chama ao pós-modernismo, modernidade líquida, e isto porque, na sociedade atual imperam todas as incertezas. Somos livres, nunca fomos tão livres, mas ao mesmo tempo nunca o indivíduo teve tanto medo de agir. O mundo como se apresenta hoje, gera angústia e insegurança no futuro, logo prende as decisões, os indivíduos paralisam a sua ação, têm medo de agir, preferem não se responsabilizar. Encontramo-nos numa fase de transição por isso numa fase líquida, onde a vontade de liberdade individual é tão grande que impera e se opõe à certeza. É o princípio da transição, na transição, na mudança, perdem-se as certezas, tudo é mais fluido, mais líquido. A mudança é pois a única coisa permanente que o homem tem, sendo a incerteza a sua única certeza. Para Bauman, nestes dias de hoje apresenta-se cada vez com mais frequência a questão entre a segurança e a liberdade e para a existência de uma boa vida a harmonia entre as duas seria o ideal, no entanto não vê isso como possível. Para ele o sentimento de excesso de liberdade gera uma sensação de caos e a necessidade de mais segurança.

Stephen Hawking, diz-nos que por ser tão impraticável usar as leis da física para prever o comportamento humano, adotou-se então a chamada teoria efetiva. Esta teoria é a teoria adotada pela física para descrever outros fenómenos sem descrever em pormenor todos os seus processos mais profundos, ex: não se pode

resolver o problema da interação gravitacional de cada átomo do corpo de uma pessoa com cada átomo da terra, mas para na prática resolver o que é necessário, analisamos a força gravitacional entre as pessoas e a terra. Assim, como não podemos resolver as equações que determinam o comportamento humano, servimo-nos então da teoria efetiva de que as pessoas têm livre-arbítrio. A economia também recorre a esta teoria na suposição de que as pessoas avaliam as suas escolhas e escolhem o melhor, como na prática as pessoas escolhem muito irracionalmente, não fazem as melhores ponderações, essa teoria em economia falha muitas vezes é por isso que a sociedade está um caos.

Apesar de sentirmos que escolhemos o que fazemos, está demonstrado cientificamente que os nossos processos biológicos são comandados pelas leis da física e da química e assim sendo são tão determinados como as órbitas dos planetas. Aliás a neurociência demonstrou recentemente que é o nosso cérebro físico cumprindo as leis da ciência que determina as nossas ações e não qualquer outra coisa que exista fora dessas mesmas leis.

Thomas Nagel define o determinismo afirmando que as circunstâncias que se nos apresentam antes de agirmos em cada situação determinam as nossas ações tornando-as inevitáveis. A soma total das experiências, dos desejos, dos conhecimentos de uma pessoa, a sua hereditariedade, as circunstâncias sociais (educação, cultura, religião) e o tipo de escolha que se lhe apresenta juntamente com fatores que eventualmente desconheça, combinam-se para tornar inevitável aquela ação particular naquelas circunstâncias. Também diz que o compatibilismo coordena o livre-arbítrio com o determinismo ao sacrificar o primeiro, ao vê-lo apenas como a capacidade de o homem agir apenas segundo as suas crenças e desejos. Posto isto entendeu partir para a resolução do problema da existência ou não de livre arbítrio a partir de uma dupla visão: a visão interna e a visão externa, levando-nos as duas visões a diferentes conclusões. Assim a visão externa é aquela em que os acontecimentos de ordem natural produzem uma sensação de impotência em relação ao que fazemos, pois não há espaço para a ação num mundo de impulsos neurais. Deixamos de encarar o mundo para passarmos a fazer parte dele, fazemos parte de um mundo que não criamos e do qual somos produto. A visão interna é aquela cuja sensação acompanha o nosso dia-a-dia, sentimo-nos livres como agentes determinantes do mundo. Aqui chegado, propõe uma "composição" entre as suas duas visões a que ele chama "visão objetiva essencialmente incompleta". Ver a visão externa como algo que obriga a refletir sobre o próprio determinismo da ação tentando alcançar um grau mais avançado de liberdade, sabendo no entanto que a visão objetiva plena não é possível. Não responde pois ao problema mas garante que desta forma o sujeito pode ser o mais

livre possível na sua ação. Nagel vê o problema colocado pelo livre-arbítrio como insolúvel. Quanto à questão de saber se um dia poderemos alcançar a verdade, Nagel diz apenas acreditar, que ainda nada foi dito que se aproxime da verdade.

Elliott Sober para chegar às suas conclusões, mais adiante referidas, começa por perguntar se, atendendo aos nossos desejos e crenças, será inevitável fazer o que fazemos. Seremos nós como um computador programado? Se aceitarmos que de facto não poderemos agir de forma diferente daquela que os nossos desejos e crenças nos fazem agir estamos a cair no argumento da inevitabilidade, somos como um computador. Mas paralelamente a este hipótese é colocada uma outra chamada da causalidade á distância, que sugere que o conjunto de fatores genético combinados com o meio em que crescemos e nos desenvolvemos estão fora do nosso controlo. Podemos então apresentar o problema da existência de liberdade do homem da seguinte forma: as nossas crenças e desejos (logo o nosso comportamento) são causados por algo fora do nosso controlo; não escolhemos livremente os nossos genes nem o meio em que nos desenvolvemos. Então que sentido faz a afirmação de que o nosso comportamento resulta de uma escolha livre? Como se pode responsabilizar o homem por acontecimentos longínquos sobre os quais não temos qualquer controlo?

Baseados numa ou noutra hipótese a conclusão é sempre a mesma: somos seres determinados, não temos livre-arbítrio.

Mas vamos então recorrer ao célebre exemplo do fósforo. De um modo resumido, diremos que para acender o fósforo preciso de o riscar numa superfície adequada, ele precisa de estar seco e de haver oxigénio no ar por exemplo, portanto uma causa não tem de ser uma razão suficiente para o seu efeito. Servimo-nos igualmente do exemplo do fósforo para demonstrar que o fósforo pode ser aceso de uma outra forma, podemos por uma lâmpada potente sobre ele ao sol e o fósforo também se acende. Temos assim várias formas para obter o mesmo fim, por vezes as causas não são condição necessária para os seus efeitos. Conclui que as causas não são razão suficiente nem necessária para a construção do futuro. Mas a teoria determinista diz-nos que a descrição completa de todos os fatores causais garante o que acontece a seguir. Se todos os fatores causalmente relevantes forem considerados, a consequência, o futuro só pode ser um.

Mas os seres vivos com mente serão iguais a todos os outros seres vivos? Como seres muito mais complexos, elevados a um nível superior, obedeceram tão rigorosamente às leis da natureza como todos os outros seres? A Teoria Quântica, apesar de não recolhe unanimidade na sua interpretação, afirma – segundo a interpretação de Copenhaga -, que o campo das partículas elementares é indeterminado, mesmo numa descrição completa de um sistema físico deixa em

aberto o futuro. Alguns futuros serão mais previsíveis que outros, mas as suas possibilidades são sempre superiores a uma. Se o presente não determina necessariamente o futuro, podemos dizer que o acaso faz parte do mundo. Mas se somos matéria (aceitando essa ideia) e se as nossas características específicas se devem ao facto de que a matéria de que somos feitos está estruturada para produzir essas características, somos então como as partículas elementares, somos como elas influenciadas pelo acaso. Porém a introdução deste conceito "do acaso" em nada vem alterar o determinismo ou a sua negação. Somos escravos da nossa hereditariedade e do meio em que nos desenvolvemos, somos escravos das nossas crenças e desejos, passamos também a ser escravos do acaso, não é ele que nos liberta. Fica aqui demonstrado que a passagem do determinismo para o libertismo nada tem a ver com a nossa liberdade. Porém, se desviarmos o eixo de determinismo para a causalidade e relacionarmos esta com a liberdade, parece que se pode, aqui sim, encontrar uma resposta para a análise do livre-arbítrio. Assim, a causalidade tanto existe num universo determinado como num universo indeterminado. Como podemos então ser livres? É que o presente determina o futuro, mas o futuro não está escrito, não está previamente definido, é afetado pelo presente. O que é verdade no futuro depende do que é verdade no presente, o futuro não é independente do presente. De notar que o determinismo segundo a teoria de Newton diz que a nossa vontade controla causalmente aquilo que fazemos influenciando o que nos acontece. Se pensar que se estudar e se me aplicar bastante terei uma boa nota na avaliação do meu projeto de mestrado, isso já fará diferença, com a minha vontade, traduzida nas minhas ações posso livremente escolher e decidir o meu futuro.

Feita esta passagem pelos diferentes pensadores, concluímos pois que os pontos de vista e as teorias defendidas podem levar-nos de facto a aptar por uma certa via de pensamento a fim de termos uma linha de orientação nas nossas vidas, mas certamente que perante a dificuldade de uma acabada resolução para a questão levantada, do livre-arbítrio, bem poderemos concluir como Nagel. Abrimos no entanto as portas para a última teoria apresentada, que nos parece mais sedutora e convincente, e que iremos analisar mais tarde a quando da sua aplicação ao comportamento da personagem Filipe.

Vamos de seguida concentrarmo-nos concretamente sobre as diferentes teorias até hoje mais defendidas para podermos assim discutir a questão do livre-arbítrio, livres do contexto dos seus teorizadores e à luz dos nossos próprios contextos.

Assim posto temos várias teorias/respostas à chamada questão do livre-arbítrio: a teoria deterministas, a teoria libertistas e a teoria compatibilista. Sabemos que existem várias maneiras de "arrumar" as diferentes teorias, quer categorizando-as

com diferentes designações, quer subdividindo-as. Optámos conscientemente pela escolha que fizemos por nos parecer ser a mais correta dentro das diversas hipóteses analisadas. Assim temos quem negue o livre-arbítrio, quem o defenda e ainda quem consiga de algum modo harmonizar as duas construções.

Numa abordagem simples, partamos do princípio que livre-arbítrio é a capacidade de decidir livremente. Se sou livre e consciente posso dizer então que tenho livre-arbítrio. Se escolhi fazer o mestrado, foi porque tomei uma decisão nesse sentido, mas bem poderia ter escolhido não o fazer, porém hoje em dia a ciência diz-nos que todos os acontecimentos no universo são determinados, ora se a ação humana pertence ao universo, logo toda a ação humana é determinada, nesta ótica já estava determinado que iria fazer o mestrado. Assim, pergunta-se: o homem é um elemento natural e como tal está determinado? Ou sendo um elemento natural não o é do mesmo modo que os outros elementos? As ações humanas sendo determinadas podem ser livres? No determinismo não parece haver lugar para a liberdade, não parece que se possa dizer que existe um livre-arbítrio quando tudo é determinado. Mas será assim? Será que o livre-arbítrio é incompatível com o determinismo? Podemos ser livres num mundo determinado? Será o livre-arbítrio apenas uma ilusão? E se o universo afinal não for determinado? Afinal o ser humano é ou não dotado de livre-arbítrio? Perfilam-se desde logo três perspetivas diferentes, para a resolução desta questão como supra foi dito. Vejamos:

Os deterministas que negam a existência do livre-arbítrio, e afirmam que todos os acontecimentos estão causalmente determinados por outros acontecimentos anteriores e pelas leis da natureza. Porém, para que esta teoria seja válida ela tem que provar que de facto o determinismo é verdadeiro. Ora, afirmam os seus defensores que só podemos compreender o mundo com o pressuposto do determinismo, pois a biologia, a química, a física baseiam-se nessa mesma conceção do mundo: para as mesmas causas os mesmos efeitos, todos os acontecimentos resultam de uma sequência de causas e efeitos traduzidos pelas leis da natureza. Como as ações humanas fazem parte da natureza, logo também elas estão sujeitas às leis da causalidade. Somos determinados a agir de certa maneira em consequência de acontecimentos passados e das próprias leis naturais. Levantam-se no entanto algumas objeções, desde logo a objeção ligada à dita responsabilidade moral: é que não sendo livres, as nossas decisões, as nossas ações também não o serão, logo não decidimos com liberdade, não somos livres, sendo assim não podemos ser responsáveis pelas nossas escolhas, pois efetivamente nesta visão das coisas as escolhas não são nossas. Se não somos livres como podemos ser responsáveis pelos nossos atos? Que sentido têm então o sistema judicial, a existência de leis, os tribunais, as prisões, a punição? Ora parece

inaceitável tal desresponsabilização moral desde logo porque o homem vive em sociedade e é impensável que a mesma não esteja organizada, que não tenha leis pelas quais se reja e punição para quem as infrinja. Pelo exposto se conclui que o determinismo é falso. A resposta a esta objeção é a de que não importa se o criminoso é ou não responsável, pois sempre estaríamos tão determinados a punilo como o criminoso determinado a praticar o crime. Segue-se a objeção fenomenológica: não é possível evitar pensar que temos livre-arbítrio, uma vez que temos liberdade de pensar também temos liberdade de agir, como seria viver se acreditássemos que não temos livre-arbítrio? Como não seria possível que isso acontecesse somos levados a concluir que o determinismo é falso. Surge ainda uma terceira objeção que se traduz na falta de provas empíricas: não é possível provar que as decisões humanas se baseiam numa cadeia causal se ignoramos essa mesma cadeia, se não temos consciência dela. Temos uma falsa sensação de liberdade porque escolhemos fazer uma coisa em vez de outra, no entanto, desconhecemos as causas que nos levaram a fazer essa escolha. Se desconhecemos as causas não podemos afirmar que elas estão determinadas. Mas para os deterministas a questão é simples: se o determinismo existe, e provado está que existe, o livre-arbítrio é uma ilusão, não há livre-arbítrio. Note-se que estar causalmente determinado não é o mesmo que fazer uma coisa que não se decidiu fazer, estar causalmente determinado é não poder decidir nem poder querer outra coisa além do que efetivamente decidimos e queremos.

Os libertistas afirmam que só o universo físico é determinado, a vontade e a consciência não são determinadas pelo processo causal do universo físico. As ações do homem, que resultem das suas deliberações racionais podem alterar o curso dos acontecimentos, o domínio mental não está sujeito à causalidade natural porque age segundo desejos e crenças, existe intencionalidade na ação. O homem enquanto ser racional é responsável pelas suas ações dependendo exclusivamente da sua vontade pratica-las ou não. Portanto somos livres, logo temos livre-arbítrio e nesta ótica a sua existência é incompatível com o determinismo, logo se conclui que este é falso. É que não é possível o ser humano não se ver como sendo dotado de livre-arbítrio, a ciência não tem qualquer capacidade para prever o comportamento humano, o que ela pode prever é que com a exceção do homem todos os acontecimentos são determinados, mas não é pelo facto de fazermos parte de um universo determinado que leva a que todas as nossas ações o sejam também.

Os compatibilistas defendem que somos livres quando escolhemos sem qualquer constrangimento ou coação. O passado condiciona mas não determina a ação, as escolhas são o resultado de várias opções possíveis, cada decisão é influenciada

mas não é determinada pelo passado. É verdade que existem influências externas e internas nas decisões (a cultura, a sociedade, a hereditariedade a religião...) mas são apenas influências não condicionantes. Para os compatibilistas, o determinismo não significa coação, significa apenas que se associam causas, crenças e desejo que nos levam a agir de determinada forma, mas o agir por causas, não nos impede de nos sentirmos livres. Num mundo regido por causas ainda é possível fazermos escolhas, o sujeito pode escolher um caminho ou outro e pode ainda escolher não fazer certa ação sendo os acontecimentos anteriores exatamente os mesmos. Assim, as nossas escolhas presentes para além de livres podem condicionar ou abrir novas perspectivas para o futuro. As ações praticadas pelo homem, apesar de serem determinadas, podem igualmente ser causadas pelo exercício da vontade livre. Há ações que praticamos mas que tínhamos o poder de ter realizado de outra forma se assim o tivéssemos querido. Se o homem tem o poder de decidir, então o homem é livre de agir, mas, só é livre o homem que não for coagido. Esta teoria para compatibilizar o determinismo com o livre-arbítrio, sacrifica de algum modo a noção de liberdade, seria livre apenas e só, o homem que não estivesse sujeito à coação.

Vejamos agora as ações dos personagens da curta-metragem à luz destas teorias. Começemos pela funcionária da clínica. As suas ações parecem ser fruto das circunstâncias que a rodeiam, chama a polícia porque assim tem que ser feito, a sua educação, os seus valores, o seu meio social encaminham-na nesse sentido, isto é aquilo que nos parece visto de fora. Ela porém, não deve ter qualquer dúvida de que agiu livremente, de que nada a empurrou para essa ação, que a ação foi querida por ela e que até podia ter optado por outra coisa, podia ter escolhido fugir. E a Sara? Que pensará a Sara acerca das suas ações? Certamente pensará o mesmo que a funcionária. Mas quem afirma que os homens fazem parte do universo e que este é determinado, considera as suas ações como determinadas. Ora assim considerado o comportamento da Sara, as suas ações não são livres apesar de ela acreditar que o são. Sara pode dizer que agiu em função das atitudes do marido, mas isso só por si não chega para uma análise dos motivos. Pergunta-se, será suficiente a análise da psicologia, do meio, da hereditariedade, da cultura, para além de fatores desconhecidos que eventualmente possam existir para explicar as suas reações? Será o determinismo a explicação? Será essa causa que é causada por outra e essa outra por uma outra ainda e assim indefinidamente que determinam o seu modo de agir? E quanto as ações do Gonçalo? Podemos dizer que as suas ações têm motivações internas (inconscientes) e externas (identificadas). Gonçalo tem por dever cumprir com as suas obrigações para com os seus clientes e isso vem em primeiro lugar, consequentemente, a esposa fica

relegada para segundo plano, não por falta do amor que lhe dedica mas porque na sua hierarquia de valores o dever vem em primeiro lugar e Gonçalo não foge a isso. Impera aqui na sua escolha, aparentemente a hereditariedade e o meio onde foi criado. Assim não foge porque não consegue ou não foge porque não quer? Mas acaba por agir, em função das ações de Sara, de um modo menos condizente, pelo menos na aparência com essa mesma hierarquia de valores. Podemos então perguntar-nos se ao fugir ao "padrão" as suas ações são verdadeiramente livres. Podemos perguntar ainda se mesmo fugindo ao "padrão", essa fuga já tinha que ser assim por causas previamente determinadas e que é apenas livre na aparência ou se é verdadeiramente uma manifestação de uma vontade livre. Quanto à personagem Filipe, personagem central da minha curta-metragem, que sendo a mais complexa por associar a si a questão da dependência de estupefacientes, vamos analisa-la mais aprofundadamente dentro de toda esta problemática acerca da visão do homem como ser dotado ou não de livre-arbítrio, de liberdade de ação. Vamos, para além disso, fazer uma análise do seu comportamento à luz das novas concepções baseadas na teoria de Newton.

Foi relativamente à questão da toxicodependência foi nessa vertente que primeiramente o problema do livre-arbítrio se me colocou. Posteriormente questionei-me sobre a responsabilização ou não responsabilização dos toxicodependentes pelas suas ações e ainda se devem ou não ser punidos e ou tratados.

Vejamos, Filipe diz que a certa altura ao seu advogado que é um doente e que como doente que é devia era ser tratado e não ser atirado para a prisão. A isto responde o seu advogado que ele não está preso por consumir mas sim porque cometeu outros crimes. Esses outros crimes foram de fato originados pela sua dependência, mas não deixam por isso de ser crimes. Se o consumo foi descriminalizado, os crimes a ele associados não o foram como não o poderiam ter sido. O caminho percorrido da punição à descriminalização foi muito longo, ainda num tempo não muito distante consumir era crime. Muitos países no mundo ainda punem o ato de consumir (Estados Unidos, Japão, Singapura, Indonésia, Arábia Saudita, Irão...) de uma forma severa, porém dentro da europa, melhor, dentro da europa ocidental, a dita europa humanista, a europa dos valores já assim não acontece. Aqui chegados colocamos então a questão de saber da liberdade de escolha de um consumidor. A ideia base é de que de fato sendo um doente, um viciado não consegue fugir da droga, não está nas suas mãos fazê-lo, não tem controlo sobre a sua vontade, os seus desejos são a causa do seu consumo, a sua liberdade é nula. Ora o corolário logico é de que não pode haver punição para quem não é dono das suas ações uma vez que não é responsável por elas. Assim

chegámos à descriminalização do consumo, mas já não da posse (dependendo da quantidade), esta levanta outras questões que aqui não abordaremos. Mas os crimes associados ao consumo, como já se referiu, são punidos. Aqui o Estado exerce a sua função de poder, limitando a liberdade do indivíduo dependente. Mas então a falta de vontade, o não ser livre para agir de outro modo funciona para o consumo e não funciona para as restantes ações? Nem poderíamos conceber que assim não fosse, nunca poderia uma sociedade sobreviver sem um sistema de leis apoiada numa organização que as fizesse cumprir.

Temos o sistema judicial, os tribunais, as prisões que permite a convivência entre os indivíduos e lhes dão segurança. A questão da segurança tem uma crucial importância se a analisarmos no binómio segurança versus liberdade. Hoje em dia a questão do aumento do consumo e dos crimes a ele associados coloca-nos perante a escolha do sacrifício da liberdade em função de uma vida mais segura, ou da escolha da liberdade sacrificando a segurança. Dada a dificuldade, se não mesmo a impossibilidade do equilíbrio deste binómio, o estado acaba quase sempre por sacrificar a liberdade dos seus cidadãos, até sem grande oposição destes se não mesmo com aplausos. O perigo para a liberdade reside na tentativa de aumento de poder por quem o detém ficando o cidadão sujeito a um controlo visível, externo mais apertado e até a um controlo exercido de uma forma encoberto que o afeta de modo inconsciente como alerta Orwell. Esse controlo externo, visível traduz-se por norma na falta de liberdade de expressão e na proibição de condutas, com a consequente perda de liberdade física caso sejam infringidas. O indivíduo sempre será livre de pensar, essa liberdade ninguém lhe pode tirar mas ela também implica a vontade de agir num determinado sentido e a pergunta acerca da existência do livre-arbítrio permanece. O controlo feito de uma forma invisível é feito de uma maneira perversa, pois atacar o inconsciente das pessoas influenciando-as no seu modo de pensar, no seu modo de agir, no seu comportamento, sem que elas disso se apercebam.

Voltando ao Filipe, aqui a sua vontade (a sua necessidade, os seus desejos), para o determinismo que segue o modelo de Newton, controla causalmente as suas ações influenciando o seu futuro. Estaria muito bem dito para as demais personagens e é esse mesmo o meu pensamento em relação à questão do livre-arbítrio. Mas, e a vontade inquinada que o Filipe tem não desvia em relação a ele a aplicação deste teoria? A resposta parece ser negativa pois vontade é vontade seja ela inquinada ou não, dominada mais ou menos pela droga, não impede a sua manifestação e a causalidade futura. Outra coisa é a problemática da punição. Aqui evoluímos de uma falta de liberdade na ação e consequente desresponsabilização que conduz à não aplicação da punição (no restrito campo do consumo e só nele) para outra

visão das coisas. Esta nova visão vem-nos dizer que o problema não se coloca na oposição do determinismo à liberdade, mas o eixo deve ser deslocado para a liberdade e a causalidade. Aqui Filipe também tem vontade e agiu consoante a mesma originando uma causalidade que a levou ao seu presente. Também aqui a punição não se aplica a esta ação por ela não ser livre na sua manifestação, mas, a sua vontade de se tratar do seu vício vai levá-lo a decidir o seu futuro. Também aqui a sua vontade, traduzida numa ação causal vai ditar o seu futuro (decidiu tratar-se); decidiu porque tinha vontade não ir logo para a instituição (decidiu causalmente o seu futuro); decidiu porque teve essa vontade, sair de casa (decidiu causalmente o seu futuro); decidiu ou não tirar a bolsa à senhora? Não sabemos a resposta, mas seja qual for, a sua vontade irá sempre controlar causalmente as suas ações seja qual seja essa vontade. O seu futuro depende da sua vontade e esta vai manifestar-se na sua ação. O futuro está em aberto, não está escrito, é Filipe que o vai escrever

Debrucemo-nos agora acerca da questão das penas no direito criminal no que diz respeito à problemática da toxicodependência. Os toxicodependentes como qualquer outro cidadão estão sujeitos à lei. A lei foi vista no passado como uma função de simples vingança, a dita pena de Talião. Mais tarde a pena já é tida como uma pena retributiva ou seja, pagar um mal com outra mala, a sua aplicação tem aqui uma função retributiva, era uma forma de expiação da culpa. Hoje as penas têm duas funções, a saber, a função de prevenção geral e a de prevenção especial. A prevenção geral serve o interesse dissuasor do estado, que pretende com a sua aplicação a um indivíduo que ela sirva de exemplo para os restantes de modo que se abstenham de a infringir. No que respeita à prevenção geral o pretendido é que o criminoso compreenda a sua aplicação, que fique ciente de que não deve voltar a praticar o crime e que cumprida a pena se possa voltar a integrar plenamente na sociedade. A aposta da lei vai muito no sentido da ressocialização, acontece porém que a prática não lhe corresponde. Quando o recluso sai de um estabelecimento prisional em regra não tem nada à sua espera para o apoiar e também não vem de lá apetrechado com ferramentas que lhe permitam fazer face ao regresso ao seio da sociedade. Os tratamentos quando são feitos quase não resultam, os reclusos continuam a consumir nas prisões por vezes mais que quando estavam livres. Os tratamentos médicos associados à dependência são quase inexistentes e muito demorados. A ressocialização poucas vezes resulta, pois os casos dos toxicodependentes são precisos inúmeros apoios. O Estado não tem dinheiro e o que tem não o aplica com critério e com fiscalização segundo uma política de verdadeira intenção de recuperação dos indivíduos. A sociedade civil vai-se organizando, mas é preciso mais, muito mais. Esta questão entendo eu, com o

crescente aumento do consumo em todo o mundo e consumo cada vez mais jovem, é um verdadeiro flagelo pessoal, familiar e social, e sobre a qual nunca me parece demais chamar a atenção.

Do argumento cinematográfico à pré-produção

Por que razão se escreve um argumento de ficção, que envolva temáticas como a toxicodependência, criminalidade, funcionamento da justiça e dos estabelecimentos prisionais, para debater o livre-arbítrio?

O livre-arbítrio pode acompanhar a vida de todos os indivíduos, tanto de uma forma consciente, como também de maneira subliminar. Por isso, poderia criar uma estória qualquer, pois teria a mesma oportunidade para alcançar os objetivos dependendo, essencialmente, da maneira como expusesse a narrativa do filme.

Resta então, responder em concreto por que motivo se optou por esta estória em concreto. Como a experiência na escrita de argumentos cinematográficos é, ainda muito imatura, a inclinação recaiu para um assunto que tivesse, de alguma forma, uma certa proximidade com as minhas próprias vivências e/ou que permitisse maior acessibilidade para inteirar-me de como a realidade funciona, verdadeiramente, relativamente ao tema em questão. Neste sentido, acredito que reduziria a probabilidade de se poder cair na especulação, no ridículo e na incerteza.

Partindo para o período da pré-produção, diria que esta etapa terminou por se revelar a mais acessível de solucionar, mas contudo, não deixou de ter os seus obstáculos. Refiro-me à questão de ter de procurar espaços, contratar a equipa de produção, incluindo o casting e procurar resolver, sozinha, todos os obstáculos que foram surgindo. Isto, para evitar custos acrescidos uma vez não houve financiamento para a concretização deste projeto. Será importante referir que esta noção acompanhou todo o processo criativo, desde a própria escrita do argumento, até à pós-produção, comprometendo por vezes a qualidade do trabalho de criação em alguns pontos, mas por outro lado, também se pôde verificar aspetos muito positivos.

Todos os espaços que seleccionei e que consegui autorização para a realização das filmagens, foram espaços reais. Ou seja, espaços onde se desempenhava e, ainda se desempenha, as atividades profissionais e não profissionais (sala de estar, por exemplo) e que estão destacadas na curta-metragem, *Escolha Múltipla*. Este pormenor tornou o cenário da curta-metragem completamente realista, com

extrema veracidade. O único “senão”, seria a sala que representa o estabelecimento prisional, pois foi o único espaço recriado, todo ele, por mim.

Ter alguma afinidade com alguns dos profissionais e ser cliente de outros, ajudou a conseguir ter acesso, gratuitamente, aos edifícios que pertencem aos seus respetivos locais de trabalho.

Outro aspeto positivo na fase da pré-produção, verificou-se na contratação de atores. Como tenho uma licenciatura em teatro, tive a oportunidade de trabalhar, mas também de ver, conhecer e analisar algumas das capacidades e particularidades de cada ator/atriz que deram corpo e voz às personagens desta curta-metragem de ficção. Havendo também grande afinidade com este grupo de pessoas, este fator, contribuiu para uma resposta afirmativa no que ao projeto diz respeito.

Mencionando agora, alguns dos obstáculos ou dificuldades, diria que se tornaram visíveis durante a contratação de uma equipa de profissionais para o período de produção. O ideal seria ter a oportunidade de trabalhar com profissionais experientes e que soubessem o que fazer para cada situação que se lhes apresentasse ou, eventualmente, surgisse. Acreditava que a probabilidade de existir margem de erro poderia ser menor. Para além disso, poderia receber conselhos que me fizessem crescer profissionalmente, no que há realização diz respeito. Contudo, tal situação tornou-se mesmo impossível, pois, neste patamar, não tinha conhecimento de ninguém, com ou sem experiência, e não havendo financiamento a situação complicou-se.

Então, decidi tentar obter patrocínios por parte de empresas públicas e privadas para tentar de alguma forma, atingir o objetivo. Portanto, contactei uma estação de televisão, duas estações de rádio e até mesmo uma produtora de cinema, tudo dentro da cidade de Guimarães, mas sem obter qualquer sucesso. Assim, recorrendo à ajuda do Orientador Nelson Araújo e de um antigo Professor da minha licenciatura, consegui, por fim, ter referências de alunos do primeiro ano de Mestrado da ESAP e de outras pessoas que estavam a começar a trabalhar na área. Assim ao contactá-los recebi de imediato uma resposta positiva de todos, mas infelizmente não se conseguiu preencher os requisitos mínimos de uma equipa de rodagem.

Gravações

Os dias de rodagens estavam programados para se realizarem durante o período de quatro dias, nomeadamente, entre os dias 25 de abril a 28 de abril. Na prática, e como já se poderia esperar, o plano de trabalho previamente idealizado e

estruturado, sofreu algumas alterações, algumas mais drásticas e com um certo grau de dificuldade, já outras, mais ténues e por isso, fáceis de solucionar.

O suposto seria começar por descrever todos os detalhes correspondentes aos acontecimentos relativos a cada um dos dias de rodagens, mas antes disso, é da maior importância, fazer referência a um imprevisto que, infelizmente, acabou por ocorrer, numa fase primordial e anterior às gravações, pois contribuiu para o aparecimento de um dos principais obstáculos a enfrentar, quer na fase de preparação para as rodagens, quer durante as gravações. Refiro-me, nomeadamente, à atriz contratada para interpretar a personagem Filipa. A atriz deixou, aproximadamente, a uma semana das gravações, de responder ou de dar notícias, inclusivamente, não compareceu aos dois ensaios que se tinha previamente marcado.

Deparando-me com tal situação, e vendo os dias das gravações cada vez mais próximos, tive de encontrar e contratar rapidamente outro/a ator/atriz que pudesse aceitar participar no projeto, mas que, inevitavelmente, não teria muito tempo de se inteirar e preparar – devidamente –, pelo menos de acordo com os parâmetros pretendidos.

Ora, como seria de esperar, tal situação contribuiu para a alteração de muitos fatores durante o período de rodagens, mas talvez seja melhor deixar esta explicação para o que ainda está para vir.

Por consequente, optei por contratar um ator, Luís Lopes Fernandes, para interpretar a personagem Filipa (personagem feminina) não por ter sido mais fácil ou o primeiro com disponibilidade para participar no projeto, mas porque, inicialmente, me encontrava já dividida entre os dois atores. A primeira escolha recaiu sobre a atriz, pois considerei que o seu perfil, bem como as suas características e capacidades de interpretação teriam maior potencial para dar vida a uma personagem como a da Filipa.

No que diz respeito às intenções de autora, a questão de género não tem qualquer relevância. Acabei então, por contactar o ator Luís que de bom grado, mas com muito esforço e espírito de sacrifício, aceitou interpretar uma personagem com apenas três dias de antecedência às filmagens.

Como o Luís Lopes Fernandes se encontrava na altura com outro trabalho a Full-time, teve que se reajustar/reformular todo o plano de trabalho.

Relativamente aos ensaios, este ator, como seria de esperar, não teve qualquer possibilidade de comparecer, uma vez que a data destes, já tinha ultrapassado o tempo aprazado, mas também pelo próprio não ter qualquer outro horário disponível para outras possibilidades. Assim sendo, ficou totalmente ao seu critério

o modo de preparação relativamente à interpretação da personagem que lhe foi confiada.

No que aos restantes atores diz respeito, pouco tempo se conseguiu para os ensaios, isto devido à escassez de períodos disponíveis e à incompatibilidade de horários. Acabou por ser extremamente difícil conciliar marcações, de modo a poderem contracenar.

Resumindo, o programa de ensaios, na prática, realizou-se não na semana anterior às das rodagens, como o previsto, mas na própria semana das gravações com poucas horas e dentro do período de um dia e meio. Esta situação acabou por ter repercussões na interpretação dos atores, no horário do plano de trabalho e também, no aumento de erros na parte técnica.

Ou seja, por falta de tempo durante os ensaios, não consegui transmitir/proporcionar uma direção adequada aos atores tendo, inevitavelmente, de a completar no momento das gravações. Como tive de gerir toda a equipa e lidar com imprevistos (que naturalmente acontecem), esta situação extra veio dificultar a tarefa de realização. Mas, passemos ao “diário” correspondente a cada dia de rodagem para que melhor possa explicar a maioria dos acontecimentos.

Gravações – dia 25 de abril

Como estava já planeado, as gravações teriam início no dia 25 de abril, na Clínica de Análises, na Rua Dr. José Sampaio, na cidade de Guimarães. Não foi ao acaso que se escolheu este dia para se gravar neste local. Como se trata de um espaço que está aberto ao público, a condição que me foi imposta logo de início para ter acesso ao espaço, seria programar as rodagens para um dia em que oficialmente o espaço não recebesse clientes.

Dada esta informação e conhecendo o horário do estabelecimento, restar-me-ia os sábados à tarde, domingos ou feriados. Como o ator contratado para interpretar a personagem principal (o advogado) só se encontrava disponível durante o fim-de-semana e não tinha de entrar em cena neste espaço, acabei por agendar para este período de tempo pela razão de o dia 25 de abril ser um feriado nacional, logo a clínica estaria disponível para a concretização das gravações. Desta forma, também poderia aproveitar melhor o tempo disponível com este ator.

Como a atriz contratada para interpretar o papel de Filipa deixou de dar notícias e o facto de ter de contratar rapidamente outra pessoa, mais concretamente no dia 22 de abril (segunda-feira), dei por mim num estado de elevada preocupação pela razão de estar comprometida com uma equipa, mas sobretudo pela responsável da clínica ter abdicado do seu dia livre, para que o meu projeto pudesse ser

concretizado. Ora, já era extremamente difícil conseguir contratar uma pessoa que aceitasse participar num projeto com tão pouco tempo de preparação, mais difícil seria que tivesse a disponibilidade para os horários estipulados, que por si só, já tinham sido difíceis de conciliar com a restante equipa.

Porém, como algumas situações nos surpreendem, pela negativa, por estarem repletas de imprevistos e aflições, outras ocorrem de modo a amenizarem os problemas e assim se poder encontrar um equilíbrio. O ator que tinha em mente, desde o início, acabou por aceitar participar no projeto com as condições que lhe foram apresentadas. É certo que tinha pouco tempo disponível por ter outro trabalho, noutra cidade (Porto), mas encontrava-se com o dia 25 disponível.

No dia 25 de abril, as rodagens começaram ligeiramente mais tarde do que a hora prevista, devido às condições climatéricas. É certo que a maioria das filmagens foram realizadas no interior da clínica de análises e, dessa forma, para compensar o tempo perdido, poderia ter optado por começar justamente por aí. Mas preferi dar prioridade às filmagens no exterior e esperar pelo momento certo, de modo a poder aproveitar a luz natural do amanhecer.

Não esquecendo as características do edifício, esta luz natural seria também importante durante as gravações no seu interior, mas acreditava que seria mais fácil de manipular o equipamento de luz no próprio momento e, em pós-produção, fazer os devidos ajustes, em caso de necessidade.

Concluídas as gravações no exterior, passámos então para o interior do edifício. Lá também selecionei prioridades para todo o processo de trabalho devido à problemática da luz, sem nunca me esquecer, também, das condições climatéricas, pois contribuíram em peso para o enorme atraso das gravações.

Por outras palavras, considerei ser mais acertado começar por filmar todas as ações no espaço da receção voltadas para o exterior, de modo a poder evitar situações de erro com a questão da luz do nascer do dia. No entanto, tivemos imensas quebras no ritmo de trabalho, devido à instabilidade climática, pela razão de termos de aguardar pela luz aproximada com a da ação transata.

Outros fatores que contribuíram para o atraso das gravações foram as questões sonoras, a passagem de pessoas na rua, dado que estavam demasiado próximas do local das rodagens, ou mesmo por falarem demasiado alto. Contratempos muito incómodos, mas que já seriam previsíveis. Acabavam por perturbar as intenções do tempo e da ação. E, como é evidente, a montagem do equipamento sempre que era necessário haver alteração do local, também contribuiu, em grande peso, para o atraso das gravações.

Assim sendo, ao tentar evitar situações de erro, as gravações terminaram, apenas, ao final do dia, por volta das 19h, tendo ainda algumas das filmagens no local da receção – com perspetiva para o exterior – ficado agendadas para a parte da tarde, após o fim do almoço. Esta situação foi a primeira que pensava que poderia controlar, mas senti que estava a “fugir-me das mãos”.

O facto de não ter conseguido um assistente de realização na equipa de rodagem, acabou por tornar a tarefa de realização e de comunicação, inevitavelmente, um pouco débeis, tendo em conta que, apesar de já ter delineado, atempadamente, um plano de trabalho, seria, completamente impossível, evitar que a equipa não tivesse questões para colocar. Para estas, teria, obviamente, de oferecer um esclarecimento apropriado no momento, ficando assim com pouco espaço de concentração no que dizia respeito à parte da realização.

Neste projeto – sendo relevante salientar que foi a minha primeira experiência como realizadora –, percebi que é extremamente importante ter uma equipa completa para que o trabalho se estruture da melhor maneira possível.

Os imprevistos, por vezes, são inevitáveis, mas se o trabalho for bem pensado e delineado, com tempo (suficiente) e antecedência, muitos deles poderão ser eliminados.

Durante o período da pré-produção, tentei implementar, ao máximo, esta ideologia em todos os detalhes do processo de trabalho, até mesmo, durante o processo criativo respeitante à escrita do argumento cinematográfico. Porém, e com a ajuda da equipa, demos conta de um pormenor na ação da narrativa que poderia, na prática, ser pouco verosímil. Refiro-me ao momento em que a Funcionária da Clínica (Catarina Gomes), enquanto espera pela polícia local, se apercebe de uma seringa que estaria debaixo de uma cadeira no local da receção. Contudo, no momento das gravações, pensou-se que poderia, ao olhar do espetador, não fazer sentido que o rapaz toxicodependente, se iria drogar naquele local, para que depois se dirigisse para a sala de recolhas de sangue, onde voltaria, pela segunda vez, a drogar-se, acabando por adormecer ali.

Em termos práticos, para evitar riscos e suscitar dúvidas no espetador, pensámos que faria mais sentido que o rapaz invadisse a clínica de análises com o propósito de encontrar substâncias para consumo próprio, mas como não encontrou resolveu que talvez pudesse levar alguns objetos de valor, para que os pudesse vender. No entanto, como tinha com ele um tipo de substância – apesar de não a apreciar –, dirigiu-se à sala de recolhas para se drogar, pois seria o espaço que apresentaria as condições e o material adequado para o fazer. Esta situação obrigou, de certa forma, a repensar uma ação que retratasse uma passagem de tempo plausível enquanto a Funcionária da Clínica aguardava pela polícia. Contudo, acabou por ser

uma situação fácil de solucionar. Optei por pensar numa ação bastante simples para a personagem: o próprio ato de esperar, apresentando-a em diferentes posições naquele espaço.

Considerámos que ao contar a estória desta maneira, a ação poderia fazer mais sentido para o público. Neste sentido, estas pequenas alterações obrigaram também, a repensar enquadramentos pré-idealizados, mas acredito que valeu a pena esse esforço, tendo em conta que tinha como grande objetivo, melhorar a forma como se iria contar esta estória.

Não deixando escapar o tema das causas da reformulação de enquadramentos, será importante mencionar que, devido ao mau estado de um equipamento, nomeadamente, o *Guimbal*, acabou por não existir qualquer possibilidade de o utilizar durante esse dia. O que se traduziu num outro fator para a alteração de planos previamente idealizados.

Finalizadas as rodagens na Clínica de Análises, fomos, apressadamente, para o Largo do Toural com o propósito de se poder gravar a cena final desta curta-metragem. A ideia seria aproveitar o anoitecer do dia, mas infelizmente acabou por ser impossível de se concretizar. O final de tarde do dia 25 de abril foi muito chuvoso e a noite não deu tréguas.

Gravações – dia 26 de abril

Este dia estava bastante preenchido comparativamente com os restantes.

O programa inicial seria começarmos a gravar, durante a manhã, no escritório que se situava na Rua Raúl Brandão. Após a conclusão das gravações nesse respetivo local, iríamos para a Rua de S. Dâmaso, em frente ao Estabelecimento Prisional de Guimarães.

Contudo, com a experiência do dia anterior ainda bem presente, decidi, juntamente com a equipa, iniciar as gravações ao contrário, ou seja, primeiramente daríamos seguimento às filmagens na rua em frente ao Estabelecimento Prisional e, caso houvesse tempo, prosseguiríamos para o escritório.

Resta assim, justificar esta troca.

Como tinha marcado maquilhagem com a Luísa Dieguez (Sara), para as 14 horas, sendo que, as rodagens teriam lugar no Largo da Condessa Mumadona, em frente ao Tribunal Judicial da Comarca de Guimarães, era extremamente importante não existirem atrasos.

Tendo em conta que a atriz que estava encarregue de interpretar a personagem Sara, apresentou menor disponibilidade (devido ao seu emprego), considerei que a hora do almoço, bem como as rodagens marcadas para o início da tarde, teriam de

ser pontuais, sendo por isso, importante, esforçarmo-nos ao máximo de modo a haver essa possibilidade.

Assim, iniciámos as gravações, da parte da manhã, no exterior. Se porventura sucedessem atrasos ao ponto de impossibilitarem avanços com as filmagens no espaço que representaria o escritório, esta situação acabaria por representar um mal menor.

Isto é, em termos práticos, a ação que ocorre na rua em frente ao Estabelecimento Prisional acontece no mesmo dia que a cena no Largo da Condessa Mumadona, em frente ao Tribunal Judicial da Comarca de Guimarães.

Assim sendo, fazia sentido dar prioridade às filmagens no exterior de modo a aproveitar as condições climatéricas do próprio dia e, assim, tornar a questão temporal da narrativa, o mais verosímil possível para o espetador.

Em tempo real, na parte da manhã acabou por se conseguir apenas gravar no exterior, em frente ao Estabelecimento Prisional. Contudo, esperava conseguir obter um espaço livre durante o sábado ou o domingo, dependendo da disponibilidade do ator Luís Lopes Fernandes (Filipe), pois uma vez que não se conseguiu gravar a cena final da curta-metragem, no Largo do Toural, estava a tentar reajustar o seu horário de modo a ter disponibilidade para concluir todas as filmagens em que estava previsto entrar em cena.

Agora levanta-se a seguinte questão: que razões contribuíram para os atrasos nas filmagens que nos impediram de completar todo o plano de trabalho na parte da manhã?

Ao colocarmos todo o equipamento necessário para se filmar, apenas, a parte frontal do Estabelecimento Prisional, de súbito, um guarda saiu daquele local e dirigiu-se à equipa para perceber o que pretendíamos fazer. No final, informou-nos que, por normas de segurança não seria permitido gravar a parte frontal do edifício.

Contudo, após explicarmos a situação e o que pretendíamos fazer claramente, de forma pormenorizada e explícita, o guarda prisional pediu para aguardarmos um momento enquanto informaria o responsável, de modo a conseguir atribuir-nos autorização para prosseguirmos.

Após algum tempo de espera, o senhor voltou, mas sem obter qualquer sucesso. No entanto, estaríamos autorizados a gravar na rua lateral ao edifício. Como a maioria da planificação técnica já estava pensada para a rua lateral, os danos acabaram por ser poucos.

E por que razão pensei em filmar na rua lateral ao Estabelecimento Prisional? A resposta é bem simples. Como o tempo se revelou, sempre, curto, pedir aos responsáveis do Estabelecimento Prisional para colaborarem neste projeto,

traduzir-se-ia numa missão quase impossível pois, o mais provável seria não conseguir, atempadamente, qualquer resposta para o período das rodagens.

Deste modo, pensei que se simulasse o advogado (interpretado por Simão Barros) a sair da cadeia com uma imagem frontal ao edifício, poderia transparecer um acontecimento falso, pois estaria tudo fechado ou sem qualquer guarda prisional no exterior, como seria de esperar.

Então, a ideia de gravar a parte frontal do edifício, sem qualquer movimento, tinha o propósito de – a partir dessa imagem – situar o espetador acerca do espaço/local, pois na altura da montagem esta imagem apareceria no momento anterior ao advogado entrar na sala para interrogar o rapaz. Ou seja, esta imagem permitiria, ao espetador, obter mais informações acerca do espaço onde, supostamente, se encontravam as personagens Filipe e Gonçalo.

Após a cena do diálogo entre estas duas personagens, surgiria, então a sequência de imagens em que o advogado sai do Estabelecimento Prisional e entra no carro. Como o espetador já estaria localizado quanto ao espaço, filmar na lateral sem que se conseguisse ver a entrada principal, mas parte do edifício, já tornaria a ação mais plausível/credível para o público.

Resolvida a questão com o guarda prisional, prosseguimos então com o trabalho de produção. Contudo, em termos práticos, mantive grande parte da planificação técnica, mas acabei por reformular alguns dos planos por considerar, na altura, que poderiam fazer mais sentido ou resultar melhor.

Simplificando, acabei por reduzir alguns planos pelo facto da ação ser bastante curta. Não se justificava utilizá-los a todos. Outro motivo, teve que ver com a alteração respeitante ao carro previsto para as gravações. Optei por utilizar um Volvo, uma vez que tinha facilidade de acesso a esse carro.

Inicialmente, estava apontada e programada, a utilização de um Opel Astra de 2005, sendo o argumento escrito a pensar nesse carro. Como o Volvo é mais moderno e tem ligação automática, em alta voz, ao telemóvel, acabei, no momento, por pensar numa ação nova, o que, por consequente, daria lugar a novos planos.

Todos estes detalhes contribuíram para o atraso nas rodagens, tal como os outros fatores: montagem do equipamento e a tentativa de alcançar a ação desejável por parte do ator.

Terminadas as rodagens neste local, a hora do almoço estava à porta, impedindo assim de prosseguirmos com as gravações programadas para o escritório.

Passando para a parte da tarde, as rodagens situar-se-iam em frente ao Tribunal Judicial da Comarca de Guimarães, no Largo da Condessa Mumadona.

Já tinha referido que, devido à escassa disponibilidade da atriz (Luísa Diegues), seria importante sermos pontuais com as gravações, mas, infelizmente, acabou por ser impossível.

Tinha um pequeno plano sequência programado para o início da ação neste local, só que o equipamento necessário para o plano supracitado continuava com o mesmo problema, dado que ainda não se tinha conseguido solucioná-lo de modo a que o material pudesse ser utilizado. Refiro-me ao *Guimbal*, um equipamento que estava a comprometer muitos dos nossos planos previamente planificados.

Como ainda não tinha tido tempo para repensar o tal plano de sequência, dois membros da equipa propuseram tentar solucionar o problema do equipamento até a uma determinada hora. Se não conseguissem, teríamos, obrigatoriamente, de prosseguir com as gravações.

No momento, resolvi aceitar a sugestão, até porque, nos trâmites apresentados, o conceito de “custo de oportunidade” – a escolha de determinada opção que impede o usufruto dos benefícios que as outras opções poderiam proporcionar – não se aplicava, dado que não tinha nada a perder, pois ainda tinha que repensar no plano caso a tentativa de solucionar o funcionamento do *Guimbal* fosse bem-sucedida.

Nesse período de tempo e, tendo já alguma experiência no que diz respeito aos atrasos nas filmagens, pensei em excluir muitos planos pré-idealizados e reformular, na eventualidade de não se conseguir o equipamento, o plano em sequência.

Passado o tempo limite, acabei por receber a notícia de que tinham conseguido colocar o *Guimbal* em funcionamento.

Respirei de alívio, não só porque poderia manter o plano sequência, mas também por futuros planos que, desta forma, já estariam inegavelmente e inquestionavelmente salvaguardados.

Com tudo isto, as gravações previamente marcadas para as 14h30, acabaram por se iniciar somente às 16h.

Era imperativo que fôssemos rápidos para que conseguíssemos contar com a ajuda preciosa da luz solar.

Gostava de apanhar um tempo nublado e sem chuva, de forma a conseguir evitar gravar as diferentes posições do sol e consequentes sombras que, inevitavelmente, acabariam por se revelar diferentes. Como o material para aqueles dias era limitado, tive que me sujeitar às condições que acabassem por surgir no momento das gravações.

Sendo este um espaço público, seria de prever que pudesse encontrar outros problemas para além das condições climatéricas, tal como captar o olhar curioso das pessoas em direção aos atores ou às câmaras. Por consequente, tive que

pensar em planos que pudessem minimizar este género de situações. Assim sendo, considereei que filmar enquadramentos mais fechados acabaria por minimizar essa questão, acabando por ir de encontro ao que pretendia: envolver o espetador no diálogo entre as personagens.

Assim sendo, optei por gravar planos mais abertos, principalmente nas alturas em que o diálogo não entraria nas filmagens. Refiro-me, nomeadamente, ao encontro das personagens e ao momento em que ambas se sentam no banco de pedra.

A opção que previamente tomei de gravar no exterior, acabou naturalmente por aumentar os riscos de não conseguir concluir as suprarreferidas gravações. Ainda assim, preferi arriscar, pois os locais escolhidos dariam maior expressão ao tema da curta-metragem, além de considerar o espaço e a arquitetura da cidade peculiares e agradáveis. Seria, sem qualquer sombra de dúvida, uma pena deixar escapar a oportunidade de captar imagens deste género.

Mesmo tentando diminuir os problemas acima mencionados e cortar no número de planos, acabámos por não conseguir finalizar as filmagens neste local, dado que a luz solar se encontrava praticamente extinta.

Tentei, imediatamente, procurar uma solução, juntamente com a equipa e com os atores, relativamente à possibilidade de existir um dia que se avizinhasse para concluir as respetivas filmagens naquele local.

A primeira opção seria concluirmos as filmagens apenas em junho, dado que não haveria qualquer hipótese de reaver o material numa data mais próxima. Esta ideia acabou por não agradar nem se concretizar porque os atores já estariam fisicamente diferentes por muito que se tentasse contornar este obstáculo. Ora, não havendo grandes alternativas, a atriz disponibilizou-se a fazer um esforço acrescido para que, no dia seguinte (sábado), no fim do seu horário de trabalho, conseguisse comparecer no mesmo local (Tribunal Judicial da Comarca de Guimarães, no Largo da Condessa Mumadona), com o intuito de finalizarmos as gravações.

O horário de saída da atriz (Luísa Dieguez) seria às 18h30, mas como o pôr-do-sol só aconteceria por volta das 20h, combinámos às 19h em ponto para dar continuidade às gravações e finalizá-las neste local.

Sinto que tenho tanto para agradecer a toda a equipa e, especialmente (nesse dia), à atriz em causa por ter revelado e demonstrado um espírito de sacrifício para um projeto em que não contaria com qualquer tipo de recompensa. De salientar – também – que, para além disso, no espaço de meia hora já estava no local, maquilhada e vestida para interpretar a personagem.

Já eram 20h30 – hora marcada para o início das gravações (noutro local) – e nem sequer tínhamos jantado. Assim sendo, e tendo em conta o ritmo que estávamos a levar, tudo apontava para mais algumas horas de trabalho.

Na prática, as gravações iniciaram-se somente por volta das 23h30, tendo-se registado o seu término por volta das 3h30 (da manhã). Todo este tempo deveria, à partida, ter sido suficiente para que tudo ficasse de acordo com o que tinha planificado, ainda que isto não se tenha verificado na sua totalidade.

Tendo em conta que não tinha apoio de um assistente de realização e que o cansaço já se fazia sentir, fortemente, sobre toda a equipa, acabou por existir (naturalmente) uma falha de comunicação entre todos. À medida que parte da equipa montava o equipamento para se começar a gravar no interior, aproveitei para rever o plano de trabalho. Acabei por não me aperceber que parte da equipa estava a preparar e a montar o equipamento, o que não me permitiu avisá-los, com antecedência, do que tinha revisto e modificado na planificação das filmagens – começar pelas gravações em que o ator estaria na rua.

Como desmontar e montar novamente o equipamento noutro local seria um processo demorado e a noite já era longa, optei por dar seguimento ao que estava previamente planeado para o trabalho.

Surgiram mais alguns imprevistos, dado que o espaço escolhido era muito pequeno para se poder cumprir com a planificação previamente idealizada. Isto, inevitavelmente, levaria a que perdêssemos mais tempo para que o problema pudesse ser resolvido.

A equipa estava, obviamente, exausta e, para “ajudar à festa”, deparámo-nos com outro percalço quando filmávamos a ação em que o ator se dirige da parte exterior para a interior.

O que tinha em mente seria gravar sempre a partir do interior da sala, até à sua chegada, jogando com os sons e com a luz. Haveria um momento em que se poderia observar (do interior para o exterior) o ator a passar pela janela. A barreira que encontrámos tinha que ver com o facto da sala estar tão escura que não se conseguia ver rigorosamente nada desse espaço. Teríamos, assim, de criar uma luz artificial que transmitisse a ideia de uma iluminação natural do luar para que se conseguisse ver esse espaço a partir do interior da sala.

Mesmo sendo muito tarde e, tendo em conta que o próximo dia estava mesmo ao “virar da esquina”, acabámos por optar gravar nessa noite, apesar dos obstáculos que encontrámos. Assim, captou-se uma imagem que não era tão desejável, mas que decidi utilizar para não fugir muito à ação e à estrutura encadeada de planos.

Concluídas as gravações nesse(a) dia (noite), poucas horas de descanso restavam para todos os membros da equipa. Ainda assim, ninguém se opôs nem colocou qualquer obstáculo de forma a que no dia seguinte não se pudessem começar as rodagens à hora previamente marcada.

Gravações – dia 27 de abril

Mesmo com tão pouco tempo de descanso, às nove da manhã em ponto do dia 27 de abril, toda a equipa estava reunida no local, com a exceção do ator Luís Lopes Fernandes.

Tendo em conta a sua disponibilidade, somente poderia reunir-se com a equipa para as filmagens que lhe diziam respeito, de manhã, quer no sábado quer no domingo. Contudo, como a cena a ser filmada no Largo do Toural tinha ficado em standby, tentou tratar dos assuntos (no trabalho) que o impediam de estar presente no domingo (todo o dia), de modo a conseguir dar o seu precioso contributo nas gravações.

Em detrimento da escolha por que optámos e que está acima mencionada, o ator já não poderia comparecer no sábado, acabando por ser esta a justificação para a sua ausência.

Com tudo isto, e aproveitando a força de espírito de toda a equipa, dei início às gravações que iriam acontecer na sala de interrogatório, previamente preparada e idealizada.

Deste modo, tentei não desperdiçar tempo e comecei a gravar todos os planos fechados nos quais o advogado estaria no enquadramento.

Conseguimos gravar uma grande parte do que estava programado, mas não a sua totalidade.

Julgávamos que por estarmos a realizar estas filmagens num espaço privado – aparentemente calmo – já não poderiam acontecer grandes imprevistos no que diz respeito a questões alheias. Porém, na prática, acabámos por não conseguir escapar a este género de percalços.

A vizinhança revelou-se uma tarefa árdua e difícil, tendo em conta que “produziam e fabricavam” sons e barulhos que perturbavam o normal desenrolar das gravações, o que acabou, frequentemente, por levar à interrupção e à repetição de inúmeros planos.

Considerando que o ator em causa estava a interpretar um diálogo sozinho, também isso contribuiu para que muitos destes planos tivessem que ser repetidos.

Mesmo com todas estas contrariedades e não deixando de referir o espírito de sacrifício da equipa, aliado (obviamente) a um tremendo cansaço, transpareceu e sobressaiu um rigor e cooperação inexcusáveis da parte de todos.

Ficou acordado que nos iríamos encontrar às 16h30, no escritório, com o intuito de montarmos o equipamento, tendo em conta que às 17h teríamos, perentoriamente, de dar início às gravações nesse local. Queríamos, a todo o custo, compensar as perdas do dia anterior. Por isso, tentámos – com muito esforço – arranjar um

espaço no horário de trabalho, de modo a que a cena do escritório (parte referente à manhã), ficasse gravada – também – dentro daquele período.

E assim aconteceu. Por volta das 17h já estávamos no local pretendido. Queríamos gravar o máximo de planos possíveis até às 17h45, dado que tínhamos de ser pontuais para que a cena posterior (em frente ao Tribunal Judicial da Comarca de Guimarães), pudesse ser concluída.

O tempo escasseava e, por isso, muito rapidamente, voltei a cortar alguns planos nas duas ações de modo a que tudo o que estava programado ficasse, definitivamente, finalizado.

Em suma, tudo ficou gravado dentro do tempo pré-estabelecido, inclusive as cenas que, supostamente, deveriam ter sido gravadas no dia transato.

Toda a equipa e eu, em particular, ultrapassámos os obstáculos que nos foram colocados – nesta etapa – e pudemos, finalmente, respirar de alívio.

Terminada esta parte, toda a equipa fez uma pausa (merecida) para jantar. Faltava, porém, gravar uma ação que decorreria no escritório, precisamente durante a noite. Como o manto escuro do céu já cobria a cidade, acabámos por ter, naturalmente, alguma sorte, no que dizia respeito aos possíveis e inoportunos imprevistos, que pudessem ser causados por causa de terceiros. Relativamente a este aspeto, estivemos tranquilos (felizmente). Os únicos percalços com que nos deparámos tiveram que ver com o facto de o espaço ser pequeno para filmar determinados planos. Ainda assim, tudo acabou por se resolver, tal como nas situações anteriormente descritas.

Acabei, somente, por ficar com pena de não me ter conseguido aperceber de um plano – na minha perspetiva, importante –, no momento das gravações, que cortou (infelizmente), parte da cabeça do ator. Nesta cena, não tinha a pretensão que isto acontecesse, mas atribuo as “culpas” ao cansaço, inevitavelmente presente, bem como ao monitor que reservei na Escola, dado que não estava a funcionar devidamente, o que acabou por limitar as nossas condições de trabalho. Tivemos, por isso, que nos cingir ao ecrã da própria câmara.

Em suma, excluindo a questão supracitada, não há mais nada de depreciativo a acrescentar no que diz respeito a este dia.

Concluo, por isso, que se desenvolveu um trabalho bastante satisfatório e extremamente interessante.

Gravações – dia 28 de abril

No dia 28 de abril, as rodagens tiveram início à hora previamente marcada.

Como seria de esperar, devido a todas as alterações forçadas – tendo como suporte basilar os imprevistos que ocorreram no dia transato –, o horário estipulado para se terminar as rodagens não foi cumprido, mas sim reajustado de modo a que todas as gravações respeitantes à planificação técnica fossem concluídas.

Depois de tudo ser reorganizado, as filmagens que diziam respeito à manhã de domingo, realizaram-se na sala de interrogatório, apenas com o ator que daria voz e corpo à personagem Filipe (Luís Lopes Fernandes).

Apertei, propositadamente, a gravação de todos os planos em que esta personagem apareceria sozinha no enquadramento. Desta forma, dispensei a presença do ator Simão Barros, com o propósito de este conseguir mais algum tempo de descanso, dado que os dias de rodagens transatos tinham sido extremamente cansativos e extenuantes para ele.

Evidentemente, o ideal ou desejável seria poder contar com a sua presença desde o início das filmagens de domingo, mesmo sabendo que não o iríamos colocar dentro das imagens. A sua presença poderia revelar-se preponderante (na minha ótica) no sentido de ajudar a interpretação do Luís (Filipe), pois torná-la-ia mais natural para além de aumentar o grau de cumplicidade entre ambos, uma vez que não houve qualquer possibilidade de realizarmos, anteriormente, um ensaio antes das gravações.

É certo que o cansaço não se refletia, somente, no ator Simão Barros (Gonçalo), mas também em todo o grupo de trabalho. Contudo, infelizmente, não consegui – por não haver hipótese – atribuir dispensa aos restantes elementos da equipa. Se o tivesse feito, seria impossível que os resultados tivessem ido de encontro ao que pretendia.

Eu mesma estava, também, excessivamente exausta, mas consegui reunir toda a minha força de espírito e direcionar toda a energia e concentração que tinha para o trabalho que estava a ser desempenhado, sempre com a noção de que tinha nas mãos a responsabilidade de liderar/gerir a equipa, desempenhando assim, de forma eficiente, o papel de realizadora.

Esta ideia/noção estava vincada de tal forma em mim que, após as gravações, acabei por chegar à conclusão de que tinha depositado um empenho excessivo, sobretudo no que diz respeito à direção de atores.

Quando toda a equipa considerava que a performance tinha sido boa, eu tinha sempre um defeito a apontar ou um pormenor a corrigir.

Apesar da exigência que estava a aplicar – que não deixava de ser saudável e produtiva –, acredito que estava a ser (muito frequentemente) dominada pelo cansaço sem estar a dar conta disso.

Provavelmente, um dos fatores que terá contribuído para isso, terá sido o facto de ter conhecimento que o Luís (Filipe), não conseguira ter quaisquer possibilidades para estudar e memorizar as características e intenções da sua personagem, bem como o seguimento dos diálogos. Senti, por isso, que deveria ajudá-lo nesse sentido, o que acabou por acontecer durante o período das filmagens. ***

Portanto, na prática, houve repetições incessantes de um só plano, dado que na altura queria (eu) que tudo ficasse perfeito. O próprio ator revelou-se disponível para colaborar de forma a que se pudesse atingir o desejado, inclusivamente, numa determinada situação em que o Luís percebeu que não me encontrava totalmente satisfeita com a sua prestação. Posto isto, pediu-me para que se repetisse, pois queria que fosse atribuída ao projeto uma nota positiva, tal como pretendia que a sua prestação fosse, igualmente, positiva.

Fico muito feliz por poder, sem qualquer dúvida, afirmar que adorei a sua atitude. Insistiu e persistiu até atingir, realmente, o que se pretendia. Contudo, esta ação contribuiu para mais um descontrolo drástico, no que diz respeito ao fim das rodagens.

Isto é, com a nova reformulação do plano de trabalho, o suposto seria terminar esta parte às 19h, para que depois pudéssemos rumar ao Largo do Toural com o propósito de filmarmos a cena que não tinha sido possível gravar no dia 25 de abril, devido às condições climáticas. Tínhamos, previamente idealizado, que as rodagens terminariam, no máximo, às 20h45. Isso seria o ideal, tendo em conta que, a partir dessa hora, ficaria sem três membros da minha equipa – no que dizia respeito à parte da produção –, ficando assim com a equipa reduzida a quatro pessoas: os dois atores, eu e o diretor de fotografia.

A situação, inevitavelmente, descontrolou-se. Às 19h faltavam gravar, ainda, imensos diálogos na sala de interrogatório. Teríamos de regressar, rapidamente, após o término das gravações no Largo do Toural.

Com tudo isto, acabei por ficar atordoada e sem saber como poderia contornar a situação. Sabia, apenas, que se não terminasse naquele dia, não seria fácil voltar a reunir a equipa para finalizar a minha curta-metragem.

O tempo não dava tréguas e eu não podia sequer parar para pensar nisso. Decidimos – todos os que ficariam – voltar para o local com o intuito de finalizar o que faltava. Ora dito, ora feito. Prosseguimos, desta forma, para o Largo do Toural. Resolvi gravar toda a ação em plano sequência, de modo a não correr o risco de não conseguir finalizar (novamente).

Vimo-nos forçados a repetir inúmeras vezes esse plano sequência, dado que não conseguíamos captar a imagem desejada. A ideia, previamente planificada, seria captar um Plano Geral do Largo do Toural, tal como descrevo no argumento, sem

atribuir qualquer protagonismo à personagem Filipe (Luís). Aliás, a ideia seria que o espectador não se apercebesse da sua presença e que pensasse que estava a mostrar aquele espaço da cidade, o movimento e o momento do dia. Após essa imagem fixa, iniciar-se-ia um *travelling* que contornasse o fontenário, um monumento histórico, localizado no Largo do Toural. Depois desse *travelling* apresentaria ao espectador o rosto da personagem Filipe.

Pretendia criar um efeito surpresa, tendo em conta as circunstâncias da cena anterior, mas não conseguimos obter qualquer sucesso.

Mediante as circunstâncias apresentadas, relativamente à falta de espaço, deparámo-nos com um impedimento no que dizia respeito à gravação da totalidade do monumento, acabando por ficar uma imagem estranha e sem sentido.

Sem tempo para pensar noutro local e, naturalmente, em novos planos, resolvemos prosseguir com outros planos, mais pormenorizados e com outra leitura para a ação. De uma forma ligeiramente apressada se fez e se concluiu.

Uma coisa é certa: tínhamos, imperativamente, de finalizar as gravações no Largo do Toural.

Acabámos por finalizar, às 21h, as rodagens naquele local.

Abdicámos de um intervalo para o jantar, e seguimos, diretamente, para o local onde estivéramos anteriormente (sala de interrogatório). Contávamos e desejávamos, finalizar tudo, por volta da meia-noite.

Com muita sorte, consegui a ajuda de um amigo que ficou responsável pelo som (Diogo Lopes).

Já eu, tive que dirigir os atores, dar indicações ao diretor de fotografia acerca dos planos que pretendia e, paralelamente, de segurar num difusor, de modo a se obter a luz desejada.

Foi assim que trabalhámos o resto da noite. Mas, por muito que todos estivessem inteiramente empenhados e a dar tudo o que tinham (mesmo no limite das suas capacidades), o processo de montagem do equipamento tornou-se mais lento. Ocorreram inúmeras paragens para que todas as necessidades básicas fossem satisfeitas: comer, beber, restabelecer a energia, etc..

Em suma, o controlo do tempo fugiu-nos das mãos. Contudo, diria mesmo que essa preocupação acabou por ser desvalorizada. Independentemente do tempo que levasse, todos tinham o propósito de finalizar as rodagens, e esse era um objetivo primordial e inquestionável.

É evidente que tentei cortar nos planos pré-idealizados, sobretudo nos picados e contrapicados. No entanto, acabei por me deparar com erros em algumas situações, dado que as gravações transatas ficaram com vários planos

contrapicados, um pormenor que acabou por me escapar. Desta forma, acabei por não ter o tempo que pensava que iria ter para gravar tudo o que tinha idealizado.

Outro fator que contribuiu, significativamente, para os atrasos, teve que ver com o facto de não ter um computador, no momento, de modo a conseguir ver as imagens, na altura própria, por uma questão de continuidade, no que dizia respeito à narrativa.

A menina que estava responsável pelas anotações, nem sempre estava disponível para desempenhar essa função, tendo em conta que, em todos os dias de rodagens, faltava sempre um membro da equipa para desempenhar o papel que lhe fora destinado.

Desta forma, a Ana teria que desempenhar a função respetiva da pessoa que faltasse. Nesta matéria das ausências, tenho a dizer que foi um processo complicado, mas para o qual eu já estava previamente avisada.

A Ana acabou por camuflar essas ausências.

Assim, só nos restava recorrer, muitas vezes, à memória, para tentarmos evitar erros na continuidade da narrativa, o que acabaria por originar alguma perda de tempo.

Outros planos foram alterados. Refiro-me, nomeadamente, aos zenitais no segundo encontro. O equipamento indicado para se filmar daquela maneira, sem sombra de dúvida, iria requisitar um enorme período de tempo e energia. Dadas as circunstâncias, optei por planos normais, a 90º das personagens.

Resumindo, tendo uma equipa excelente, com uma enorme força de espírito e de sacrifício, conseguimos finalizar a gravação de todas as cenas (mesmo que tenham ficado por gravar algumas, previamente planificadas, o que acaba por ser natural tendo em conta o cansaço e exaustão de toda a equipa).

Ficou tudo, realmente concluído, somente, às 5h30 da manhã.

Pós-Produção

Chegando à etapa da pós-produção, *a priori*, estava definido ter a ajuda do diretor de fotografia para a parte da edição e de um produtor que trabalha num estúdio de música, para aprimorar o som. Mas, infelizmente, por razões de força maior deixei de poder contar com a preciosa ajuda do Diogo Claro (diretor de fotografia), ficando assim, uma vez mais, com toda a responsabilidade no processo de montagem e edição da curta-metragem, à exceção claro, de que continuaria com o contributo do Rolando Ferreira, no que ao som diz respeito.

Assim que iniciei a seleção dos melhores planos, constituintes de cada cena, percebi que alguns deles (que incluíam diálogo), tinham ficado por gravar, por

esquecimento, sobretudo na parte do início do primeiro encontro, na sala do estabelecimento prisional. No momento, fiquei bastante desiludida comigo, pois sabia que se tinha depositado muito esforço e empenho por parte de todos. Mas, por outro lado, estava consciente de que estas falhas tinham sido causadas unicamente pela exaustão.

Outro fator que me deixou desiludida foi o som ter ficado gravado com tão pouca qualidade. A parte em que este lapso mais se evidencia é, sobretudo, no Largo da Condessa Mumadona, em frente ao Tribunal Judicial da Comarca de Guimarães. O facto de os microfones de lapela não estarem a funcionar devidamente, tirou-nos a hipótese de se poder ter mais uma opção de escolha relativamente a este material. No entanto, acredito que o que provocou este desequilíbrio, nomeadamente, neste local, deveu-se à razão de se gravar os campos e contra campos, apenas com uma câmara. Ao ter de se repetir a mesma cena mas, numa perspetiva diferente, em tempo diferente, sendo o som ambiente extremamente difícil de controlar, automaticamente, será impossível em pós-produção, equilibra-lo de modo a permitir que o espetador não se aperceba de todas essas transições.

Gravar com duas ou mais câmaras, cenas em que seja necessário recorrer ao campo e contra campo em locais públicos (e não só), para além de minimizar os danos na parte da montagem/edição do som, pode aumentar as hipóteses de se ganhar tempo durante o período das gravações dos planos e, assim, possibilitar também, a redução de erros temporais de ação que podem ser provocadas pelas alterações da luz dia. Infelizmente esta situação de erro que acabou por acontecer na cena entre as personagens Gonçalo e Sara.

Apesar de ter tido a possibilidade de requisitar, na faculdade, duas câmaras, não pude por em prática esta estratégia de trabalho, pois só tinha um tripé disponível e além disso, sendo câmaras diferentes, a leitura da imagem seria, também ela, diferente. Neste sentido, decidi utilizar ao máximo, apenas uma das câmaras para evitar, *a posteriori*, um enorme transtorno na fase de pós-produção.

Na fase da montagem, por ter gravado os planos de campo e contra campo em tempos diferentes, mas que correspondiam ao mesmo acontecimento da ação narrativa, impulsionou a um aumento do grau de exigência, no exercício de concentração, para que se pudesse encontrar, nas repetições dos planos gravados, os movimentos dos atores que combinassem com as passagens de um campo para o outro.

Na altura, considerei que seria extremamente importante, ter este grau de exigência, pois tinha por finalidade, evitar mais situações que pudessem causar a sensação de menor verosimilhança ao olhar do espetador. Ainda assim, devo desde já, afirmar que alguns desses erros, foram impossíveis de contornar e por isso, de

evitar a presença destes, no filme. Resta-me então concluir que o uso de um número superior numa câmara, só poderá trazer benefícios, pelo menos para os três aspetos supracitados (som, luz e ação).

Relativamente à edição, confesso que não tinha qualquer experiência nesta matéria. Por isso, numa primeira fase, senti-me forçada a partir para uma investigação acerca do funcionamento da correção de cores e de estabilização de algumas imagens, por exemplo. Como o tempo aprazado para a entrega deste projeto não deu tréguas, acabei por não conseguir finalizar a correção de alguns detalhes da cor nas diferentes imagens ao longo da curta-metragem, impedindo assim de alcançar um melhor equilíbrio. Os poucos planos que considerei que necessitavam de alguma estabilização em pós-produção, acabaram por ter alguns embaraços, ou seja, não se conseguiu uma estabilização precisa, apesar de ter experimentado em diferentes programas de edição, tais como o *Adobe Premiere Pro*, *Final Cut* e *DaVinci Resolve*. Em nenhum se conseguiu alcançar uma estabilização desejável. Os planos a que me refiro concretamente são: o primeiro plano no escritório, em que o advogado se encontra a dormir sobre a secretária; o outro situa-se num diálogo que acontece no primeiro encontro, na sala do estabelecimento prisional.

Ao deparar-me com este resultado, senti alguma angústia, sobretudo, por duas razões: por um lado ter a consciência de ter gravado a cena com o material menos indicado, ainda que estivesse, paralelamente, a tentar economizar o tempo. Por outro lado, reçar que o espetador, ao sentir a presença da câmara, corte a sua cumplicidade para com o enredo.

Expliquei, anteriormente, que durante o período de gravações, cometi alguns erros na realização provocados pelo excesso de cansaço e preocupações. Contudo, quando a montagem ficou pronta, concluiu-se que alguns diálogos tinham excesso de informação, podendo assim, tornar a curta-metragem um pouco entediante para o espetador. Então decidiu-se cortar os diálogos que tinham a informação desnecessária, mas ao fazê-lo a margem indesejável da combinação de planos aumentou, deteriorando algumas das ideias na parte da realização.

Apresentando, algumas destas situações supracitadas, pretendo explicar o que seria e não seria suposto acontecer durante o processo criativo e assim, a razão do resultado da curta-metragem *Escolha Múltipla*.

CONCLUSÃO

Balanço sobre o Trabalho de Projeto

Permitiu, agora, no plano prático, aplicar as condutas, competências e técnicas adquiridas no primeiro ano de Mestrado.

Para além disso, proporcionou-me o contacto com profissionais da área cinematográfica e lidar, pessoalmente, com o seu trabalho, o que constitui motivo relevante da minha aprendizagem no que diz respeito a rodagens.

Esta experiência permitiu-me aprender muita coisa e alargar os meus horizontes.

É fulcral ter uma equipa unida e trabalhadora para que se atinjam os objetivos pretendidos.

É extremamente importante que haja tempo (adequado) para descansar, pois só assim tomaremos as decisões mais acertadas.

É crucial que o número de elementos da equipa cumpra – pelo menos – os requisitos mínimos exigidos, para que o trabalho se desenvolva da forma mais positiva possível.

Se todas estas condições forem cumpridas, será, com certeza, um grande sucesso e um enorme triunfo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Schopenhauer, Arthur, "Contestação ao livre-arbítrio", abril de 2002, Porto
Vieira, Sérgio Augusto, "Arthur Schopenhauer sua vida e sua doutrina", 1939, Ipiranga – S. Paulo;

Schopenhauer, Arthur, "Contestação ao livre-arbítrio", abril de 2002, Porto;
Nietzsche, Friedrich, "Assim falou Zaratustra", 2010, Lisboa;

Nagel, Thomas, "Que quer dizer tudo isto?- Uma introdução à Filosofia", março de 2018, Lisboa;

Cardón, Navarro Manuel José e Martinez, Calvo Tomás, "História da Filosofia- Dos Pós-Socráticos à Filosofia contemporânea", setembro de 2014, Coimbra;

Sober, Elliott, "Questões Fundamentais em Filosofia: um texto com leituras", 2008, traduzido por Paulo Ruas;

Hawking, Stephen & Mlodinow, Leonard, 2010 – "*O Grande Projeto*" do arquivo em PDF na tradução livre para português do Brasil feita por Thomas Conti
Dias, Figueiredo Jorge, "Liberdade Culpa Direito Penal", 1983, Coimbra.